



CONCURSOS PÚBLICOS • PROCESSOS SELETIVOS
WWW.INSTITUTOIMAGINE.COM.BR

PROVA PARA O CARGO:

PROCURADOR LEGISLATIVO

ATENÇÃO

CONFIRA SE ESTA PROVA CORRESPONDE AO CARGO A QUE VOCÊ CONCORRE

PREENCHA CORRETAMENTE OS CAMPOS ABAIXO

Nome completo:

RG:

Número de Inscrição:

Assinatura:

INSTRUÇÕES:

1. Durante a realização da prova, não será admitida comunicação entre os candidatos, nem qualquer espécie de consulta ou a utilização de códigos, livros, manuais, impressos ou anotações, telefone celular, tablet ou similares, gravador ou de qualquer material que não seja o estritamente permitido, nem o uso de boné/gorro/chapéu ou similares, óculos de sol e protetores auriculares.
2. O candidato que estiver de posse de qualquer equipamento eletrônico, deverá, antes do início da prova: desligá-lo; retirar sua bateria (se possível); acondicioná-lo em embalagem específica, fornecida pela organização; lacrar a embalagem e mantê-la embaixo da carteira e lacrada até a saída do candidato do prédio de aplicação da prova; os eventuais pertences pessoais (bonés, gorros ou similares, protetor auricular) devem ser deixados em local visível ao aplicador da prova. Esse material deverá permanecer durante todo o período de permanência do candidato no local de prova, sem uso.
3. Este CADERNO DE QUESTÕES contém 40 questões numeradas de 01 a 40; confira se a quantidade e a ordem do seu caderno de questões estão corretos.
4. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções. Apenas uma responde corretamente à questão.
5. Você poderá deixar o local de prova somente após uma hora do início da aplicação das provas.
6. Quando terminar as provas, acene para chamar o aplicador e entregue este CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA.
7. O tempo de duração da prova é de 2h30m.

1. Considerando as regras de concordância verbal, assinale a alternativa correta:

- (A) Passará o dia e a noite e tudo continuará seguindo.
- (B) Carla ou Marta serão presidente do conselho.
- (C) Verão e inverno favorecem a competição.
- (D) O cardume foram pescados com o uso de redes.

2. Assinale a alternativa que completa respectiva e corretamente a frase abaixo:

___, nos bastidores, que, se a festa ___ essa banda e se o lucro ___ ao menos as despesas com o pessoal ___ grandes conquistas para o próximo ano.

- (A) Comenta-se; mantiver; repuser; haverão; intervirem.
- (B) Comentam-se; manter; repor; haverão; intervierem.
- (C) Comenta-se; mantiver; repuser; haverá; intervierem.
- (D) Comenta-se; mantesse; repuser; haverão; intervierem.

3. Considere o trecho do texto abaixo:

*“Amor é fogo que arde sem se ver,
é ferida que dói, e não se sente;
é um contentamento descontente,
é dor que desatina sem doer.”*

Quanto à interpretação do texto, está correto:

- (A) A contradição utilizada pelo autor ocorre entre o mesmo referente do discurso.
- (B) O autor expressa seu pensamento por meio da aproximação de palavras com sentidos opostos.
- (C) O autor se vale da semelhança entre as palavras que contém significados contrários.
- (D) Os termos utilizados pelo autor não são considerados contraditórios, uma vez que estabelecem uma relação explicativa.

4. Leia a frase a seguir e assinale a alternativa que substitui o termo sublinhado da oração sem alterar o seu significado:

“O maior erro é a pressa antes do tempo e a lentidão ante a oportunidade.”

- (A) Largia
- (B) Aguça
- (C) Amarroa
- (D) Desalento

5. Considerando a seguinte frase: “Quanto mais bonita for a mulher, tanto mais tem de ser _____, pois somente com a sinceridade pode corrigir os prejuízos que a sua beleza pode culpar”, assinale a alternativa cujo termo melhor completa a lacuna e concorda sinonimamente com o termo sublinhado:

- (A) Recatada
- (B) Séria

- (C) Desonesta
- (D) Franquia

6. Classe gramatical ou classe de palavra é o nome dado ao conjunto que classifica uma palavra, baseando-se na sua estrutura sintática e morfológica. Quanto à palavra “obrigado”, assinale a alternativa correta:

- (A) É um substantivo que, num contexto de agradecimento, significa que alguém se sente agradecido por alguma coisa.
- (B) Pode ser entendida como uma interjeição de agradecimento, flexível e variável.
- (C) É um adjetivo e deve concordar com o elemento ao qual se refere em gênero e número.
- (D) É um adjetivo especial que varia apenas em gênero sendo inflexível quanto ao grau.

7. Alguns verbos possuem particularidades em sua conjugação, podendo ser considerados verbos irregulares, conjugados em todos os tempos verbais, modos verbais e pessoas gramaticais bem como verbos impessoais, não apresentando sujeito, quando então serão conjugados sempre na 3.ª pessoa do singular. Assinale a alternativa em que a concordância com o verbo impessoal está correta:

- (A) Trabalho nisso faz uns 15 anos e não posso dizer que estou perto de concluir.
- (B) Houveram lágrimas, Muitas lágrimas, Mas ninguém percebeu.
- (C) Aqueles que não fazem nada estão sempre dispostos a criticar os que fazem algo.
- (D) Os homens distinguem-se pelo que fazem, as mulheres, pelo que levam os homens a fazer.

8. O acento grave é o sinal gráfico representativo da junção de duas vogais, fenômeno denominado crase. Assinale a alternativa que refere-se à ocorrência da crase corretamente:

- (A) Antes de verbos.
- (B) Em expressões com palavras femininas repetidas.
- (C) Antes de um numeral.
- (D) Antes da indicação exata e determinada de horas.

9. O hífen é um sinal diacrítico de pontuação usado para indicar maioritariamente a união semântica de duas palavras. Quanto ao uso do hífen, assinale a alternativa cuja palavra por derivação prefixal está correta:

- (A) Sobrexaltar
- (B) Extra-hospitalar
- (C) Contrabitual
- (D) Micro-nutriente

10. Conjunção é a palavra invariável que relaciona duas orações ou dois termos que exercem a mesma função sintática. Quanto ao uso do o termo “que” como conjunção integrante, assinale a alternativa correta:

(A) Que terá função de conjunção integrante quando substituir um substantivo, de forma a evitar sua repetição.

(B) Que terá função de conjunção integrante quando puder ser substituído por o qual, a qual, os quais ou as quais.

(C) Que terá função de conjunção integrante quando aparecer após o substantivo que substitui.

(D) Que terá função de conjunção integrante quando puder ser substituído por isto ou isso.

11. Considerando os encargos trabalhistas ou previdenciários dos empregados de empresa que presta serviços terceirizados à Administração Pública, quanto a não comprovação de quitação dos mesmos, assinale a alternativa correta:

(A) A Administração Pública poderá reter os créditos do pagamento da empresa sob alegação de que a contratada não mantém as mesmas condições de habilitação, sendo de interesse público a manutenção do contrato.

(B) A Administração Pública não deverá honrar o pagamento, uma vez que a empresa não está em situação de regularidade com o fisco configura flagrante ilegalidade. Caso em que será configurada a rescisão contratual por dolo do contratado.

(C) A administração pública poderá realizar o pagamento desde que desconte os encargos, valendo-se de via transversa, o que lhe é facultado, para cobrança de tributos e encargos legais.

(D) A administração pública deverá realizar o pagamento, uma vez que só seria possível a retenção de créditos da empresa decorrentes da execução do contrato até os limites dos prejuízos causados à Administração, nos casos de rescisão contratual por culpa do contratado.

12. A palavra Constitucionalização pode ser entendida como característica de qualquer ordenamento jurídico no qual vigora uma Constituição dotada de supremacia, podendo, ainda, servir para identificar, o fato de a Constituição formal incorporar em seu texto inúmeros temas afetos aos ramos infraconstitucionais do Direito. Considerando tal entendimento, exclusivamente à Administração Pública, a Constitucionalização:

(A) Limita a discricionariedade ou liberdade de conformação na elaboração das leis em geral e impõe-lhe determinados deveres de atuação para realização de direitos e programas constitucionais.

(B) Limita a discricionariedade, impõe deveres de atuação, e fornece fundamento de validade para a prática de atos de aplicação direta e imediata da Constituição, independentemente da interposição do legislador ordinário.

(C) Serve de parâmetro para o controle de constitucionalidade por ele desempenhado (incidental e por ação direta), bem como condiciona a interpretação de todas as normas do sistema.

(D) Estabelece limitações à sua autonomia da vontade, em domínios como a liberdade de contratar ou o uso da propriedade privada, subordinando-a a valores constitucionais e ao respeito a direitos fundamentais.

13. Quanto à improbidade administrativa, considere o julgamento de um Prefeito Municipal, que efetua contratações sem prévia aprovação em concurso público, pautando-se em lei municipal que prevê o provimento dos cargos em comissão, não obstante, tais cargos, não terem funções de direção, chefia ou assessoramento, e assinale a alternativa correta:

(A) Será caracterizada, ainda que a inconstitucionalidade lei não for manifesta, nem declarada, entendendo-se como abusivo o ato do Administrador.

(B) Não está caracterizada a improbidade administrativa por ausência de dano ou enriquecimento ilícito do Agente, uma vez que a contratação sem concurso com fundamento em lei municipal que a autorizava gera presunção de moralidade.

(C) Não será caracterizada, uma vez que a presunção de constitucionalidade da lei afasta o dolo, restando apenas a culpa, elemento subjetivo insuficiente para a caracterização do ilícito, não obstante a ilegalidade das nomeações.

(D) Será caracterizada, uma vez que há necessidade de dolo específico para a tipificação da improbidade administrativa.

14. As Agências Reguladoras foram criadas para fiscalizar a prestação de serviços públicos praticados pela iniciativa privada. Além de controlar a qualidade na prestação do serviço, estabelecem regras para o setor. Quanto às Agências Reguladoras, analise as proposições abaixo e em seguida assinale a alternativa correta:

I. Embora dotada de autoadministração, as Agências Reguladoras, não possuem recursos próprios, estando diretamente subordinada financeiramente ao ente estatal que a criou.

II. A taxa de regulação devida pelo concessionário diretamente à agência reguladora competente, tem relação direta com o proveito financeiro obtido com a

concessão, o que configura a autonomia da agência para captação de recursos próprios.

III. Deslegalização é o poder normativo técnico, que confere à Agência Reguladora, delegação, por lei, para editar normas técnicas, formalizadas por atos administrativos regulamentares.

- (A) Apenas I está correta.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) Apenas II está correta.
- (D) I, II e III estão corretas.

15. Considerando a previsão constitucional quanto à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração direta e indireta, pela Controladoria Geral da União, quanto à aplicação do dinheiro da União, em caso de repasse de verbas federais ao município, assinale a alternativa correta:

- (A) É possível devido ao caráter interno da fiscalização uma vez que é exercida exclusivamente sobre verbas provenientes do orçamento do executivo destinados a repasse aos entes federados.
- (B) Nos termos do artigo 76 do texto constitucional o poder executivo da União é exercido exclusivamente pelo presidente da república não havendo a possibilidade do auxílio dos ministros de estado.
- (C) A fiscalização dos recursos federais configura atribuição do congresso nacional não podendo ser exercido com o auxílio do TCU no caso de controle externo.
- (D) O Congresso Nacional tem competência para anular o ato caso o repasse exorbite o poder regulamentar.

16. Quanto à delegação de competência, havendo decreto municipal que delegue autonomia a cada secretário para ordenar despesas na sua respectiva pasta, além daquela autonomia já conferida em lei, como por exemplo, para o secretário de saúde, no que concerne à gestão dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, tendo o secretário suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas, ou sendo acusado de ilicitude na gestão de recursos públicos, apurada em qualquer processo regular de direito, assinale a alternativa correta:

- (A) Trata-se de delegação por prazo indeterminado ou indeterminável, que isenta a responsabilidade do prefeito.
- (B) Por conferir poderes e deveres a outro agente público, a delegação configurará desvio de finalidade.
- (C) Com a delegação da competência há a transferência da competência, e conseqüentemente sua renúncia.

(D) É ato discricionário no qual se estende temporariamente a outro agente público subordinado ou de mesma hierarquia a competência.

17. Segundo Hely Lopes Meirelles: "Ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria". Quanto à perfeição, validade e eficácia do ato administrativo, assinale a alternativa correta:

- (A) Ato válido é aquele que em sua em sua formação, preenche os requisitos jurídicos de competência, forma, finalidade, motivo e objeto.
- (B) A presença de vício insanável nos requisitos de finalidade, motivo ou objeto, torna o ato inapto para a produção de qualquer efeito o ato será anulável.
- (C) Havendo vício nos requisitos de competência, ou forma, o ato será sempre anulável.
- (D) O ato será inexistente sempre que possuir apenas aparência de manifestação de vontade da administração pública, por não se originar de um agente público. Porém os efeitos produzidos aos terceiros de boa-fé são sempre mantidos, atendendo a segurança jurídica.

18. De acordo com o Código Civil (artigo 98), bens públicos são aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, quais sejam: União, Estados, DF, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas. Considere a retomada de um imóvel pela administração pública, ocupado a mais de 50 anos por um particular, onde funcionava um pequeno estabelecimento comercial, sob aprovação do competente alvará de funcionamento. Quanto à situação apresentada assinale a alternativa correta:

- (A) A retirada compulsória do estabelecimento comercial, independentemente de indenização, é ilegal uma vez que trata-se de bem público.
- (B) A expedição de alvará de funcionamento afasta a ocupação do imóvel sem justo título, mas não afasta a má-fé do possuidor sendo portanto indevida indenização pela desocupação.
- (C) Trata-se de um caso de Detenção ilegal de imóvel público que se convalidou pelo decurso do tempo, devendo o detentor indenizar pelo tempo de utilização do imóvel.
- (D) A mera passagem do tempo não autoriza a concessão de indenização em favor de detentor de imóvel público assim considerado o particular sem qualquer título justo de posse e que ocupa o bem e ilegitimamente.

19. Os bens públicos possuem como características a alienabilidade condicionada, impenhorabilidade, imprescritibilidade e a não onerabilidade. Assinale a alternativa que refere-se corretamente aos bens que constituem o patrimônio disponível, exercendo o Poder Público os poderes de proprietário como se particular fosse:

(A) São aqueles incorporados ao patrimônio público para uma destinação.

(B) São bens, móveis ou imóveis, que se destinam ao uso pelo próprio Poder Público para a prestação de serviços.

(C) São aqueles que possuem declaração tácita ou formal, feita pelo Poder Público, de que o bem não tem destinação pública.

(D) Todas as alternativas estão corretas.

20. Em regra, os bens públicos são inalienáveis, segundo o regime jurídico a que submetem-se. Considerando a decisão que entende pela impossibilidade de bloqueio de valores depositados em conta corrente da empresa pública que também exerce atividade econômica, destinados a serviços públicos essenciais e à folha de pagamento de pessoal, assinale a alternativa correta:

(A) Está incorreta, pois, devido ao fato de a empresa explorar atividade econômica e atuar em regime de concorrência com o particular não poderia gozar de benefícios não extensíveis ao setor privado.

(B) Está correta, uma vez que o ato construtivo comprometerá a execução da atividade de interesse público prestada pela empresa.

(C) Está incorreta, pois o bloqueio de ativos financeiros é medida que se impõe em atenção ao princípio da duração razoável do processo da efetividade e da economia processual.

(D) Está correta pois são impenhoráveis os bens de sociedade de economia mista prestadora de serviço público.

21. A prova da desafetação de um bem público e a necessidade de procedimento licitatório, refere-se especificamente à:

(A) Alienabilidade condicionada

(B) Impenhorabilidade

(C) Imprescritibilidade

(D) Não onerabilidade

22. Responsabilidade civil do estado é a obrigação legal imposta ao Estado em ressarcir os danos causados a terceiros por atos lícitos ou ilícitos, omissivos ou comissivos por ele praticado em virtude de suas atividades. Quanto ao fato gerador, assinale a alternativa correta:

(A) Resultante da violação de um dever geral de abstenção, de respeito aos direitos alheios legalmente previstos.

(B) Não decorre de conduta violadora de norma contratual.

(C) Provém de ato de terceiro, vinculado ao agente ou de fato de animal ou coisa inanimada sob sua guarda.

(D) É proveniente de ato do próprio responsável.

23. Quanto aos pressupostos subjetivos da Responsabilidade civil do estado, assinale a alternativa cujo conteúdo refere-se à circunstância elementar ou essencial da responsabilidade civil:

(A) Nexa de causalidade entre a conduta e o dano.

(B) Culpa

(C) Dano

(D) Conduta

24. Diante do atropelamento e conseqüente morte de um pedestre, a teoria que considera como causa tanto a imperícia do condutor, como a constituição débil da vítima, a natureza do pavimento sobre o qual a vítima foi projetada, a demora de seu transporte para o hospital, a falta de meios adequados para o seu tratamento, sem a qual o resultado morte não teria ocorrido, é a:

(A) Teoria da causalidade adequada.

(B) Teoria da equivalência das condições.

(C) Teoria da causalidade imediata.

(D) Teoria dos danos diretos.

25. Para a Teoria da Responsabilização Objetiva, a responsabilidade do Estado está implícita na noção do Estado de Direito, não havendo necessidade de regra expressa para firmar-se isto, posto que no Estado de Direito todas as pessoas, de direito público ou privado, encontram-se sujeitas à obediência das regras de seu ordenamento jurídico. Assinale a alternativa cujo conteúdo fundamenta esta Teoria:

(A) A força maior.

(B) O estado de necessidade.

(C) A culpa exclusiva da vítima ou de terceiro.

(D) O risco.

26. O princípio da legalidade é considerado como sendo o princípio maior que rege os atos administrativos, praticados pelo Estado. Exige ele que a administração pública somente poderá fazer ou deixar de fazer algo, desde que prescrito por lei. Assinale a alternativa cujo conteúdo exclui-se da responsabilidade por omissão do estado.

(A) Somente os atos vinculados podem ter a omissão evidenciada ao poder público.

(B) Os atos discricionários só admitem punição quando possuem natureza comissiva.

(C) A conduta omissiva da administração pública só será punível quando violar a legalidade.

(D) A legalidade para a administração pública descreve o agir do ente, por isso a conduta omissiva é incapaz de violar a legalidade.

27. Quanto à responsabilidade do Estado por atos judiciais, a doutrina entende pela irresponsabilidade do ente público por danos decorrentes da prática de atos jurisdicionais típicos, na medida em que é assegurado às partes, não apenas o direito de ação, mas, principalmente, o direito de recorrer das decisões que repute de toar do direito vigente e, também, pelo fato de que o exercício da função jurisdicional representa parcela da soberania do Estado e, como tal, não sujeita à responsabilidade civil. Ante tal contexto, analise as proposições abaixo e em seguida assinale a alternativa correta:

I. O Estado responderá pelo erro do Juiz, sempre que evidenciados o erro grosseiro do julgador, assegurada ação regressiva.

II. O Estado responderá pelo erro do Juiz somente nos casos de comprovada a má-fé deste, com o fito de buscar a recomposição do patrimônio do erário, cabendo ação regressiva.

III. O Estado responderá pelo erro do Juiz, sempre quando o julgador recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte. Sendo assegurada ação regressiva.

(A) Somente I está correta.

(B) Somente II está correta.

(C) I e III estão corretas.

(D) I, II e III estão corretas.

28. As CPIs e CPMIs destinam-se a investigar fato de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do País. Assinale a alternativa correta que refere-se exclusivamente às CPMIs:

(A) São temporárias, podendo atuar também durante o recesso parlamentar.

(B) Têm o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

(C) É composta por igual número de membros das duas Casas legislativas.

(D) Têm poderes de investigação equiparados aos das autoridades judiciais.

29. Analise as assertivas abaixo e assinale aquela cujo conteúdo refere-se corretamente à uma atribuição das Comissões Parlamentares de Inquérito:

(A) Determinar medida cautelar, como prisões, indisponibilidade de bens, arresto, sequestro.

(B) Determinar ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de inspeções e auditorias.

(C) Determinar interceptação telefônica e quebra de sigilo de correspondência.

(D) Expedir mandado de busca e apreensão domiciliar.

30. Orçamento público é um instrumento que os governos usam para organizar os seus recursos financeiros. Considerando o orçamento e as funções de Estado. A função pela qual o governo combate os desequilíbrios regionais e sociais, promovendo o desenvolvimento das regiões e classes menos favorecidas, é a:

(A) Alocativa

(B) Distributiva

(C) Estabilizadora

(D) Comutativa

31. Princípios orçamentários são as regras norteadoras da prática orçamentária e que devem ser observadas durante cada etapa da elaboração orçamentária. O princípio que visa favorecer a cobrança dos resultados, através da proximidade entre o cidadão, beneficiário da ação, e a unidade administrativa que a executa, é a(o):

(A) Universalidade

(B) Responsabilização

(C) Simplificação

(D) Descentralização

32. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. Exclui-se do regime jurídico do precatório:

(A) Desapropriação por necessidade ou utilidade pública.

(B) Indenizações por morte ou por invalidez.

(C) Diferenças salariais de servidor do estado.

(D) Crédito em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

33. O direito urbanístico para a ciência do direito, é o ramo do direito com interface com o direito público que sistematiza e organiza o conjunto de princípios e normas jurídicas voltadas à organização planejada do espaço urbano com a finalidade do bem-estar de seus habitantes. Considerando os instrumentos de política urbana, assinale a alternativa cujo conteúdo refere-se corretamente à desapropriação para fins de reforma urbana:

(A) Sua aplicação está desvinculada da incidência prévia da notificação para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e do IPTU progressivo no tempo por, no mínimo, 5 anos.

(B) O pagamento da indenização ocorrerá previamente, em dinheiro, não podendo ser feito em títulos da dívida pública.

(C) Uma vez realizada a desapropriação, o município deverá promover o adequado aproveitamento do imóvel no exercício financeiro seguinte após sua incorporação ao patrimônio público.

(D) A destinação conforme a função social pode acontecer por meio dos próprios esforços da gestão municipal, de alienação ou de concessão do imóvel a terceiros.

34. As infrações e sanções administrativas são assunto do cotidiano de qualquer pessoa, física ou jurídica. Isto é, todos, indistintamente, sujeitam-se à eventual incursão em uma infração administrativa, o que, por decorrência (lógico-jurídica), abre espaço para o exercício ordinário do dever-poder administrativo sancionador. Quanto à classificação das sanções administrativas, assinale a alternativa que se refere às restritivas do patrimônio moral:

(A) Suspensão temporária do exercício profissional.

(B) Cassação de licença de atividade.

(C) Declaração de inidoneidade do licitante.

(D) Perda e/ou inutilização de bens.

35. O passar do tempo trouxe a inexorável constatação de que os conflitos de massa já não poderiam ser vistos como um fenômeno isolado, alheio ao ordenamento jurídico e insuscetível de controle pelo Judiciário: ao reverso, deveriam ser considerados consequência natural da própria dinâmica da vida em sociedade. Quanto à ação civil pública, analise as proposições abaixo e em seguida assinale a alternativa correta:

I. Os interesses individuais, ainda que homogêneos, não podem, em princípio, ser tutelados por intermédio de ação civil pública.

II. Os interesses individuais poderão ser diretamente tutelados por meio de ação civil pública quando esta for a forma para que, indiretamente, se possa defender um interesse difuso ou coletivo.

III. O controle de princípios gerais tributários ou previdenciários é de notório interesse social, não se podendo restringir o uso da ação civil pública para tal finalidade.

(A) Somente I está correta.

(B) Somente II está correta.

(C) Somente I e III estão corretas.

(D) I, II e III estão corretas.

36. O registro de preços é instituto jurídico previsto no art. 15 da Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993) que traça os aspectos principais e deixa o procedimento para um regulamento. Quanto aos elementos do registro público, assinale a alternativa incorreta:

(A) Serve sempre para compras e tem por finalidade obter condições vantajosas similares ao do setor privado.

(B) Será precedido de licitação nas modalidades concorrência ou pregão.

(C) Tem validade mínima de 1 ano e a facultatividade da aquisição pela Administração.

(D) Garantida a preferência do fornecedor com preço registrado em igualdade de condições.

37. Nos Estados Democráticos de Direito o poder da Administração Pública deve ser exercido em consonância com a ordem jurídica. Quanto à manifestação do abuso de poder, assinale a alternativa que se refere ao desvio de poder:

(A) Ocorre quando o agente exerce a sua competência para atingir fim diverso daquele previsto em lei.

(B) Ocorre quando o gestor público atua fora dos limites de suas atribuições.

(C) Ocorre quando o agente público exerce atribuições cometidas a outro agente.

(D) Ocorre quando o agente público se apropria de competência que a Administração ou ele próprio não dispunham.

38. A improbidade administrativa é definida como uma conduta inadequada, praticada por agentes públicos ou outros envolvidos, que cause danos à administração pública. Quanto à forma de atuação, a ação de improbidade que se manifesta quando um agente público utiliza seu cargo, mandato ou outra atividade exercida em entidade pública para adquirir vantagem econômica que beneficie a si mesmo ou a outro envolvido, causando lesão à União é a(o):

(A) Ato que causa prejuízo ao erário.

(B) Ato de enriquecimento ilícito.

(C) Ato que viola os princípios da administração pública.

(D) Ato de crime contra a administração pública.

39. No ordenamento jurídico brasileiro, a intervenção federal figura como uma medida de natureza excepcional, ou, ainda, como um meio estabilizador através do qual a União se reveste de legitimidade para interferir na autonomia dos entes federados. São hipóteses que autorizam a intervenção federal, exceto:

(A) Quando da necessidade em se resguardar a incolumidade da unidade nacional.

(B) Quando a ordem constitucional precisa ser mantida.

(C) Quando se faz necessário assegurar a integridade da ordem pública, da ordem jurídica.

(D) Quando se faz necessário para a defesa da unidade e da estabilidade do sistema próprio da União.

40. O controle de constitucionalidade é uma ferramenta utilizada para verificação de compatibilidade de lei ou ato normativo conforme os ditames da Constituição Federal, podendo ocorrer na forma de controle difuso ou concentrado. Quanto ao controle abstrato, assinale a alternativa correta:

(A) É exercido por qualquer juiz ou tribunal, todas as esferas normativas (leis ou atos normativos federais, estaduais, distritais e municipais) estão sujeitas a este controle respeitada a competência do órgão jurisdicional, evidentemente.

(B) Caracteriza-se pela permissão a todo e qualquer juiz ou tribunal realizar no caso concreto a análise sobre a compatibilidade do ordenamento jurídico com a Constituição.

(C) A pronúncia do Judiciário, sobre a inconstitucionalidade, não é feita enquanto manifestação sobre o objeto principal da lide, mas sim sobre questão prévia, indispensável ao julgamento do mérito.

(D) Busca-se a obtenção da invalidação da lei, a fim de garantir-se a segurança das relações jurídicas, que não podem ser baseadas em normas inconstitucionais.